

N.F. Nº - 178891.0043/22-5
NOTIFICADO - RÁPIDO MAXEXPRESS LTDA.
NOTIFICANTE - NELSON LIMA GARCEZ MONTENEGRO
ORIGEM - DAT METRO/INFAZ VAREJO
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 05/07/2023

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0093-01/23NF-VD**

EMENTA: ICMS. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. AQUISIÇÃO DE BEM DESTINADO AO ATIVO IMOBILIZADO. Exigência fiscal pautada em reduzir o valor da apropriação do crédito fiscal no primeiro mês da aquisição do bem destinado ao ativo imobilizado, adotando uma proporção sobre a razão de 1/48 de acordo com a data da entrada do bem no estabelecimento. Como o Estado da Bahia adota unicamente o período mensal de apuração do imposto, a apropriação do crédito fiscal será sempre de 1/48 no mês da entrada do bem, independentemente da data da ocorrência. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A notificação fiscal em lide, lavrada em 21/11/2022, formaliza a exigência de ICMS no valor total de R\$ 6.431,91, em decorrência da utilização de crédito fiscal de ICMS relativo a entrada de bem do ativo imobilizado, apropriando-se de valor superior ao permitido pela legislação (01.03.12), ocorrido nos meses de julho, setembro e novembro de 2019, acrescido de multa de 60%, prevista na alínea “f” do inciso II do art. 42 da Lei nº 7.014/96.

O notificado apresentou defesa das fls. 15 a 18. Alegou que os períodos da contabilização da nota fiscal do ativo imobilizado na notificação referem-se a meses completos, ou seja, do primeiro ao último dia do mês. Assim, não teria se apropriado de valor superior ao permitido na legislação, pois a apropriação foi feita à razão de 1/48 por mês, conforme inciso I do § 6º do art. 29 da Lei nº 7.014/96.

O notificante apresentou informação fiscal às fls. 52 e 53. Disse que agiu nos termos da legislação. Como exemplo, citou a nota fiscal nº 306695, emitida em 31/07/2019, referente à aquisição de um veículo, com imposto destacado de R\$ 48.000,00. Como a aquisição ocorreu no dia 31, entendeu o notificante que a apropriação do crédito fiscal no mês de julho somente poderia ocorrer no valor de R\$ 32,26, resultado da divisão de 1.000 por 31.

VOTO

Verifiquei que foram observados todos os requisitos que compõe a notificação fiscal, previstos no art. 39 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (RPAF), Decreto nº 7.629/99.

A presente exigência fiscal consiste em reclamar uso de crédito fiscal em valor superior ao previsto na legislação na aquisição de bem destinado ao ativo imobilizado.

O inciso I do § 6º do art. 29 da Lei nº 7.014/96 estabelece que, relativamente aos créditos decorrentes de entrada de mercadorias no estabelecimento destinadas ao ativo permanente e respectivo serviço de transporte, a apropriação será feita à razão de um quarenta e oito avos por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em que ocorrer a entrada no estabelecimento.

O inciso IV do § 6º do art. 29 da Lei nº 7.014/96 acrescenta que o quociente de um quarenta e oito avos será proporcionalmente aumentado ou diminuído, pro rata die, caso o período de apuração

seja superior ou inferior a um mês. Esse dispositivo, originário da Lei Complementar nº 87/96, prevê a possibilidade de que a apropriação do crédito fiscal à razão de 1/48, calculada para aplicação quando a apuração do imposto for mensal, seja recalculada caso a unidade da Federação adote como período de apuração prazo diferente, como quinzenal ou bimestral. Assim, de acordo com esse dispositivo, sendo o período de apuração definido como de quinze dias, a apropriação seria de 1/96 por quinzena. Sendo o período de apuração definido como bimestral, a apropriação seria de 1/24 por bimestre. Como o Estado da Bahia adota unicamente o período mensal para apuração do ICMS aos contribuintes, o disposto no inciso IV do § 6º do art. 29 da Lei nº 7.014/96 não tem qualquer aplicação prática para a apuração do imposto.

Assim, sendo a apuração do ICMS no Estado da Bahia mensal, a apropriação será feita à razão de um quarenta e oito avos por mês, independentemente da data em que o bem entrou no estabelecimento. Sendo no dia 01 ou no dia 31, o contribuinte terá direito a apropriar 1/48 do crédito fiscal vinculado à aquisição do bem.

Assim, voto pela IMPROCEDÊNCIA da notificação fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **IMPROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº **178891.0043/22-5**, lavrada contra **RÁPIDO MAXEXPRESS LTDA.**, devendo ser intimado o notificado, para tomar conhecimento da decisão.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 06 de junho de 2023.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

OLEGÁRIO MIGUEZ GONZALEZ – RELATOR

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA – JULGADOR